

A CULTURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA EDUCAÇÃO AFRODESCENDENTE

Emanoel Luís Roque Soares

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia emares@ufrb.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como metodologia análise crítica da obra de Paulo Freire tendo como foco Cartas à Guiné-Bissau (FREIRE, 1978), mostrando que educação deve partir da cultura a qual pertence o educando, como sempre foi indicado por Freire em todas suas obras e tentando evidenciar que a educação afrodescendente deve se dá a partir da cultura afrodescendente. Desta forma, para Freire a única maneira de educar para a prática de uma verdadeira liberdade é através da cultura, somente através da sua cultura e não da alheia o homem é capaz de se educar, este educar abre as diversas possibilidades de acumulação e aquisição das culturas diferentes, verifica-se que o homem é um produto no meio cultural (LARAIA, 2004) que linguagem, conforme Thornton (2004), é o elemento cultural mais estável, confirmando que o conjunto das línguas africanas foi o elemento mais frágil das culturas africanas para sobreviver e se desenvolver no mundo atlântico, embora os griôs na África tivessem um papel importante na conservação e transmissão das tradições orais (BARRY, 2000) e constatar que o ensino da história da África no Brasil passa a ser obrigatória, Lei 10.639/2003. Assim as culturas da África se articulam com o Brasil formando uma vinculação cultural e política favorável a alfabetização e educação em si. “A compreensão da história das sociedades africanas e a dos povos afrodescendentes permite maiores possibilidades de articulação internacional do Estado brasileiro” MOORE (2008, p. 132), mostrando a importância de um ensino através da cultura.

PALAVRAS CHAVE: Freire, cultura, educação, afrodescendente.

INTRODUÇÃO

O educador Paulo Freire sempre defendeu um método educacional partindo do que ele chama de realidade do educando, pois segundo ele, quando escolhemos palavras sem contato com a realidade, com o cotidiano e, conseqüentemente, estranha ao mundo inteligível do educando, estas palavras que deveriam servir para alfabetizar, ensinar e educar, não o educa, somente “se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante” (FREIRE, 1987, p.57) e, assim, não acontece o aprendizado a educação, restando apenas um decorar de discurso que nosso autor vai chamar de concepção bancária da educação.

Neste ponto, o que acontece é que o educando decora o discurso, mas não aprende o seu significado (analfabetismo funcional), ou seja, a sonorização do discurso faz com que a palavra perca a sua “força de transformação” e, então, segundo Paulo Freire “o educador não se comunica e sim, faz comunicado”, ou seja, “depósitos” que os educandos passivamente repetem, daí o nome “concepção bancária de educação”.

Desta forma, para Freire, a única maneira de educar para a prática de uma verdadeira liberdade é através da cultura, somente através da sua cultura e não da alheia. O homem é capaz de se educar, este educar abre as diversas possibilidades de acumulação e aquisição das culturas diferentes, uma vez que o conhecimento para o humano é acumulativo, coisa que privilegia o ser humano, no entanto, ele não pode ou não deve abrir mão da sua cultura como ponto de partida para conhecer as diferenças, o que significa afirmar que, para descobrir novas formas de ser no mundo primeiro temos que descobrir a nós mesmo, uma vez que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas por numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite inovações e invenções. Essas não são, pois o produto da ação isolada de um gênio, mais resultado de um grande esforço de toda uma comunidade. (LARAIA,2004, pag. 45).

METODOLOGIA

O presente artigo tem como metodologia análise crítica em obras de Paulo Freire, tendo como foco Cartas à Guiné-Bissau, mostrando que educação deve partir da cultura a qual pertence o educando, como sempre foi indicado por Freire em todas suas obras e tentando evidenciar que a educação afrodescendente deve se dá a partir da cultura afrodescendente.

DISCUSSÃO

Desta maneira, a educação de africanos e afrodescendentes deve ter como partida a cultura da qual descendem, que faz sentido e parte do seu dia a dia, e a África, para Paulo Freire, era um lugar com o qual sentia uma estreita ligação cultural com o Brasil, como ele mesmo disse na primeira parte do livro Cartas à Guiné-Bissau (FREIRE, 1978, p. 13), as mínimas coisas na África falavam dele e para ele, desde a cor do céu e o verde-azul do mar até o soar dos tambores nas noites africanas; a presença do povo com a sua cultura nacional o fazia perceber que era mais africano do que imaginava.

Desde a sua primeira visita a África (Zâmbia e Tanzânia), em 1971, para colaborar na Campanha de Alfabetização como membro do Conselho Mundial de Igrejas, que Paulo Freire já se sentia ligado ao chão africano e, às vezes, quando retornava à África se sentia voltando para casa. Buscava sempre entender a cultura africana através do contato direto com o seu povo e os intelectuais nacionais.

Além de Paulo Freire, outros estudiosos buscavam e ainda buscam entender a cultura africana e, acrescento que, quanto mais se pesquisa sobre o Continente Africano mais se confraterniza com os povos que foram massacrados e discriminados por terem uma cultura própria e diferente dos colonizadores.

Durante o século XVI, os europeus começaram a substituir a escravidão indígena pela escravidão dos negros africanos. A Europa investiu na escravidão do negro porque considerava rentável. De início, o interesse dos europeus era obter matérias-primas, metais preciosos e produtos não encontrados na Europa, o que estimulou a conquista de novas terras. Favorecidos pelas rotas das navegações chegaram à África, os exploradores capturaram milhões de africanos e exportaram para diversos pontos do mundo, o que ficou conhecido como escravidão.

Portugal foi o primeiro país a lançar-se às grandes navegações, pois tinha uma posição geográfica favorável, principalmente para o acesso dos navios que vinham de cidades italianas, pelo mediterrâneo, rumo ao Norte da Europa e pelo Atlântico chegava a África.

Na época do Brasil Colônia, devido às dificuldades encontradas com os indígenas para o trabalho escravo e a necessidade de pessoas para a atividade açucareira, o continente africano foi o alvo para o negócio de escravos. Os negros eram trazidos de sua terra para que pudessem servir aos senhores de engenho na lavoura e outros serviços braçais.

Economicamente viável para a Europa, a escravidão perdurou até o século XIX com a abolição da escravatura, o que não determinou, na prática, que os negros deixassem de estar na condição de escravos. Por mais de três séculos, os negros foram dominados e submissos, o que foi determinante para que o estigma da cor da pele até os dias atuais colaborasse com a diferença e preconceito entre os povos negros e os não negros. A predominância da cor da pele traduz, até hoje, para o povo negro, a exclusão, a diferença e o preconceito que são retratados em vários espaços sociais, a exemplo da escola.

Em princípio, é necessário entender que os negros vieram de nações diferentes do Continente Africano. Com o encontro de pessoas da mesma nação e também de nações diferentes, além dos costumes dos europeus, os negros africanos demonstraram uma grande flexibilidade em adaptar sua cultura.

Diz Thornton:

Os antropólogos definem esse processo como um modo de vida de uma sociedade incluindo entre outros aspectos parentesco, estrutura política, linguagem e literatura, artes, música, dança e religião. Mas esses elementos não são estáticos. Alguns são muito sensíveis às características de uma determinada área e podem mudar rapidamente; outros são mais estáveis e transformam-se com mais vagar (THORNTON, 2004, p.280).

A linguagem, conforme Thornton, é o elemento cultural mais estável, mesmo confirmando que o conjunto das línguas africanas foi o elemento mais frágil das culturas africanas para sobreviver e se desenvolver no mundo atlântico. Com a união de diversas

nações africanas, era necessário que os negros se comunicassem, daí a origem de uma terceira língua, a língua crioula, que por razões práticas se baseava em línguas europeias. Essas línguas crioulas permitiam uma comunicação mínima entre falantes de diferentes idiomas.

As nações africanas eram formadas por reis e rainhas e com frequência eram governadas por funcionários que se encontravam em diversos tipos de conselhos. Diferentes da sociedade brasileira, as nações não eram estados e não tinham ideologia de classe, direitos hereditários e poderio militar.

A igreja autorizava a escravidão africana com a ideia de que os africanos precisavam achar a “verdadeira religião”, convencendo-os de que eles mereciam ser escravos.

É importante compreender que o acontecimento da escravidão se deu por objetivos econômicos, tendo como aliada a mentalidade da época, já que não foi encontrada outra maneira de obter mão de obra para o trabalho nas lavouras. O período da escravidão foi um massacre ao ser humano, ao passo que reconhecemos a influência direta da cultura destes povos africanos, na música, nas comidas como o quiabo, o acarajé, a moqueca e o vatapá, a farofa, nas danças, além da sabedoria a respeito da natureza e das técnicas de trabalho.

Na religião, os africanos que vieram de várias nações africanas tinham as suas crenças que aos poucos foram se misturando umas as outras e se adaptando ao Brasil, cujo nome da crença mais comum é o candomblé.

Ligada à expansão marítima europeia, a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores. Durante os séculos XII ao XVI, a África teve um papel importante na economia mundial, revelando fontes de metais preciosos, como o ouro e a prata. Mas, a agricultura, apesar da grande importância dos metais nesse período, era a base principal da economia dos reinos ao sul do Saara, prevalecendo a produção patriarcal não só nesta região como em outras da África.

A partir do Século XVII, os holandeses e ingleses começaram a empurrar os africanos para as regiões inférteis, dificultando o desenvolvimento da agricultura e a criação de gado, atividade principal em algumas sociedades.

Com a colonização da África, com exceção da Etiópia e da Libéria, os europeus reforçavam a ideia de que a África não tinha história, tendo em vista a oralidade que permeava por todo ou quase todo o continente, o que para os europeus reforçava a ausência do poder exclusivo e do Estado. O que ocorria na África era o poder popular, formas de democracia com a participação das diferentes categorias da população, onde as decisões eram

tomadas a consenso. Já para os europeus, a ideia de poder consistia na centralização do comando, exigindo disciplina e responsabilidade perante o poder maior.

Nas sociedades da Senegâmbia, os griôs, enquanto detentores da tradição oral, tinham a dupla função de romper o silêncio do esquecimento e exaltar a glória da tradição. Essas tradições orais eram transmitidas de geração em geração, cujo aprendizado em Gajaaga era duro e todos os dias o Mestre fazia com que todos começassem a récita desde o início até o ponto em que pararam no dia anterior, durante o período de sete anos, segundo Mamadu Kuyaté, griô a serviço dos príncipes Keita de Mandinga, na África Ocidental:

Nós somos sacos de palavras, somos sacos que encerram os segredos muitas vezes seculares, somos a memória dos povos, pela palavra damos vida aos feitos e gestos dos reis diante das jovens gerações. Minha palavra é pura e destituída de toda mentira, é a palavra do meu pai: é a palavra do pai do meu pai (BARRY, 2000, p. 7).

Os griôs tinham um papel importante na conservação e transmissão das tradições orais. O griô Wa Kamissa, da sociedade mandinga, dominava os conhecimentos da mitologia, da cosmologia e dos signos gráficos, além de saber contar histórias do seu país e suas esperanças. A narrativa histórica faz referência à lenda e até mesmo ao mito como elemento de legitimação de uma situação.

Para os historiadores, as tradições orais deveriam apenas passar por um tratamento crítico, pois são fontes e não podem ser consideradas como complemento de documentos escritos.

Na Senegâmbia nasce a metodologia de coleta, transcrição e interpretação das tradições orais. Historiadores da Escola de Dacar, a exemplo de Bubacar Barry e Abdoulaye Bathily, tiveram condições de reconstruir o passado através das tradições orais, pois tinham a vantagem de conhecer línguas africanas que contribuíram para acesso das informações.

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, Isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. Os Dogon sem dúvida expressaram esse nominalismo da forma mais evidente; nos rituais constatamos em toda parte que o nome é a coisa, e que "dizer" é "fazer" (VANSINA, 2010, p. 139-140).

Há uma grande diversidade cultural na África, considerando que antes da colonização europeia o continente teve a sua origem, conforme os mitos e lendas existentes, além de discursos de pessoas que viveram antes da exploração dos países europeus.

As duas religiões reveladas durante o período colonial na África sempre estavam em conflito. O islamismo tornou-se religião oficial no Sul do Saara e o cristianismo começou a

perder espaço com a expansão islâmica. Ainda podemos citar a religião tradicional que é baseada no culto dos ancestrais e que não foi alterada pelas outras religiões.

Com a conquista colonial, século XIX, a França ficou com a parte das terras do Niger; Inglaterra fica com a parte maior e mais rica da Nigéria, Ghana e Serra Leoa e Zâmbia; a Portugal restaram Guiné-Bissau e as ilhas do Cabo Verde; e a Alemanha fica com Togo.

A França teve sob a sua tutela as colônias com prerrogativas quanto à moeda, saúde, educação e defesa, assegurando no interior da África Ocidental a liberdade de circulação dos homens e bens, limitando as fronteiras entre as colônias inglesas e portuguesas e criando desequilíbrios entre os povos do litoral valorizado e o interior abandonado, criando barreiras alfandegárias, linguísticas e administrativas.

A escravidão africana e a colonização europeia transformaram completamente a vida dos povos do continente africano, que conviviam com a própria tecnologia, diferente da utilizada na Europa, mas abraçavam os seus desejos que era conviver com o outro em paz, a sua cultura, o trabalho na agricultura, como também, mesmo com as influências religiosas, acreditar nos seus mitos e crenças. Por fim, os povos africanos poderiam não ter o poder político do Estado europeu, mas tinham o poder da comunicação e da tradição oral que era guardado durante séculos e que, hoje, historiadores tentam desvendar, transformando em escritos.

As marcas da escravidão até hoje perduram, inclusive a discriminação e o preconceito contra a população negra no Brasil. Daí a necessidade do povo de cor negra exigir o reconhecimento e reparação deste tempo em que só eram olhados como pobres e excluídos na sociedade.

Com experiência anterior no Brasil e no Chile - a de aprender primeiro para, ensinando depois, continuar aprendendo – Paulo Freire inicialmente teve encontros com os educadores nacionais, o que possibilitou uma compreensão crítica do caráter ideológico e político da alfabetização de adultos no projeto global da sociedade e o povo “que, apresentando um alto índice de analfabetismo, 90%, do ponto de vista linguístico, é altamente “letrado” do ponto de vista político, ao contrário de certas “comunidades” sofisticadamente letradas, mas grosseiramente “analfabetas” do ponto de vista político” (FREIRE, 1978, p.17). Assim, o Projeto nasceu com os educadores nacionais e a contribuição de Paulo Freire e equipe que tinham como opção política e prática não separar o ato de ensinar do de aprender.

Com a compreensão crítica do papel que a alfabetização de adultos teria na sociedade guineense, o educador Paulo Freire procurou os caminhos, possibilitando ao alfabetizando exercer o papel de sujeito do conhecimento no processo de sua alfabetização. Para os

guineenses, a luta pela libertação foi um processo de resistência do povo contra a dominação colonial. Diz Amílcar Cabral, “indiscutivelmente, a guerra de libertação, como ‘um fato cultural e um fator de cultura’, foi uma grande parteira da consciência popular” (FREIRE, 1978, p. 131).

Apesar da compreensão do povo guineense de que a luta foi pela produção para a reconstrução do país, existia a clareza de que a maioria da população tinha um problema no setor das relações entre a educação e a produção. Então, era fundamental a organização do conteúdo programático da alfabetização e da pós-alfabetização, com o aprendizado da leitura e da escrita com a ampliação e a continuidade.

A preocupação de Paulo Freire era entender os objetivos da sociedade quanto à alfabetização de adultos, o que ocorreu com as experiências do Brasil e do Chile. Não seria diferente na Guiné-Bissau e fazendo uma análise sobre estas experiências percebe que são diferentes, a começar pelo Brasil, em que durante o regime populista os camponeses reivindicavam a terra e a melhoria de salários, principalmente no Nordeste brasileiro. As Ligas Camponesas surgiram através da inquietação dos camponeses e a alfabetização tornou-se um instrumento a mais na efetivação da transformação das relações. Paulo Freire revela que no Brasil a campanha de alfabetização era eminentemente política e que no contexto da experiência brasileira as relações entre a alfabetização de adultos e a produção se expressaram no país sob o modo de produção capitalista, principalmente nos centros urbanos.

Durante a década de 1960, Paulo Freire iniciou o movimento de educação popular, uma prática educativa voltada para as classes populares, considerando a alfabetização como porta de entrada para a conscientização e libertação. Estabeleceu com o povo, a partir de sua convivência, uma relação sem a existência do autoritarismo, tendo o diálogo como tarefa essencial, porque acreditava no poder de criação e crítica das massas mais oprimidas.

Freire criou uma concepção de alfabetização como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e lugar do homem, prática que lhe custou o exílio, pois as suas ideias implicavam perigo para as lideranças populistas, porque os alfabetizados passaram a ficar mais exigentes quanto às promessas e as realizações efetivas. O movimento de educação popular, além da alfabetização, preparava a classe trabalhadora para a escolha de seu próprio caminho. Abrindo terreno para ideologia, criou os círculos de cultura, que era o local onde os educandos se reuniam e discutiam as suas práticas, fazendo uma leitura do mundo, tendo o educador como um mediador e colaborador.

A alfabetização de adultos em Bissau era um ato político que contava com a ajuda de militantes no aprendizado crítico da leitura e escrita, mas o que interessava realmente é que os

alfabetizando pudessem fazer história, ser convidados a pensar e ter uma compreensão crítica da realidade. E foi com os Círculos de Cultura que Paulo Freire e equipe iniciaram os contatos, permitindo a participação dos alfabetizando e animadores com o fundamento de não só aprender e ensinar a ler e a escrever, mas sim exercitar a imaginação criadora.

Por isso as cartilhas, para Paulo Freire, foram superadas. São instrumentos domesticadores e na grande maioria, não estimulam os alfabetizando à curiosidade, reforçando atitude passiva, receptiva, o que contradiz o caráter criador do ato de conhecer.

De acordo com Paulo Freire (1981):

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizando assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem (FREIRE, 1981, p. 40).

Geralmente, as cartilhas são instrumentos fechados e não proporcionam ao alfabetizando um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. O alfabetizando não partilha a realidade com os outros, pois a sua experiência existencial não dialoga com o conteúdo oferecido para a sua aprendizagem. A alfabetização mecânica é realizada quando a oferta do conteúdo já vem pensada por aqueles que não aceitam compartilhar do processo de democratização da cultura, ignorando a relação do homem com o mundo que é decorrente dos atos de criação e recriação.

A educação herdada através do sistema de ensino do colonizador na Guiné-Bissau traz um descolamento entre a real sociedade e o mundo prático dos guineenses. São relações mecânicas e não dialéticas, cujos educandos absorvem os valores do sistema europeu que são transmitidos pelos dominadores, impossibilitando a unidade da prática e da teoria.

O ato de conhecimento, como cita Paulo Freire, “posto em prática por uma tal educação se dá na unidade da prática e da teoria, por isso mesmo não pode prescindir, cada vez mais, de ter no trabalho dos educandos e dos educadores sua fonte.” (FREIRE, 1978, p.45).

Na Guiné-Bissau, o objetivo do Governo e do PAIGC é a transformação do sistema educacional herdado pelos colonizadores, buscando “a harmonia entre o que se pretende com a educação de adultos e o que se busca realizar com o sistema regular de ensino no país” (FREIRE, 1978, p.43).

A educação deve ser pensada como um saber que se transfere entre os homens, através das relações interpessoais e afetivas, sem, necessariamente, adentrar as escolas, cuja maioria

tem o propósito de moldar os indivíduos. A ideia de educar nos remete ao homem livre com seu próprio saber e consciente de sua identidade, ou seja, um cidadão que participa ativamente da sociedade em que vive, com liberdade de pensamentos e ações.

Por isso Paulo Freire defendia a alfabetização de adultos na Guiné-Bissau na língua crioula, pois era a identidade do povo, o re-conhecimento da cultura guineense. Apesar de não ter conhecido pessoalmente o revolucionário Amílcar Cabral, Paulo Freire leu muitas de suas obras e no que se refere à alfabetização de adultos na linguagem do colonizador, ele não concordava, pois achava que a questão da linguagem é fundamental e está contida na cultura. Nesse processo de alfabetização na Guiné-Bissau sempre achou que o problema maior é o da língua, o que em várias oportunidades foi discutida, não somente em cartas, mas em reuniões de trabalho.

Discordando de Paulo Freire, o presidente da Guiné-Bissau, mesmo reconhecendo o crioulo como a língua nacional, justificava que:

“a razão radical para a alfabetização na língua estrangeira, era a inexistência, ainda, da disciplina escrita do crioulo e enquanto esta disciplina não fosse alcançada, pensava-se que não havia porque deixar o povo iletrado, os próprios resultados que se vinham obtendo com a alfabetização em português no seio das FARPs (Forças Armadas Revolucionárias Populares) reforçavam essa hipótese”¹.

Mas, Paulo Freire observava que os alfabetizados, mesmo com um alto nível de interesse, não tinham possibilidade de aprender uma língua estrangeira, devido à não identificação cultural com a língua do colonizador.

Não devemos descartar a escola, mas enquanto pudermos estabelecer fortes ligações entre ela e a realidade, o saber será transmitido por todos, sem hierarquia, pois o compartilhamento dos tipos de saber aproxima as pessoas e legitima uma sociedade unida. Não que este tipo de procedimento não aconteça na escola, mas não é a realidade da maioria das escolas brasileiras, considerando que somos educados para a disputa, para concorrer com o colega quando acontecem os concursos para empregos, vestibulares etc. Esta disputa é acirrada pelo sistema de ensino, cuja interpretação de educação é formar para a competitividade. Infelizmente, esquecemos ou não temos noção da origem da palavra escola, que era o local onde os gregos se reuniam para pensar e refletir, favorecendo ao ócio criativo. Hoje, a maioria das escolas tornou-se um lugar desagradável, onde só há transmissão de conteúdos que visam apenas a formação do alunado para o trabalho e o lucro.

¹ Texto retirado da palestra de Paulo Freire, realizada em 08 de novembro de 2005 na Faculdade de educação da Universidade de Brasília referente ao tema Amílcar Cabral - Pedagogo da Revolução.

A educação deve ser pensada para a formação de todos, onde educador e educando fazem parte do mesmo coletivo pedagógico, tomando por base a nossa realidade e o ideal que consta na legislação está muito distante de se concretizar, tendo em vista que as escolas continuam reproduzindo educação diferenciada e reforçando as diferenças e as classes sociais.

A educação de adultos não é baseada em conteúdos intelectuais, e sim, na aprendizagem, valorizando o lado humano, solidário e na ética. Afinal, o homem é um ser histórico, está inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber.

Pensar em educação de adultos é lembrar a educação humanista, que é libertadora, comunicativa, onde o sujeito através da conscientização enfrenta a sua realidade de forma crítica, onde através do diálogo se fundamenta o conhecimento, que é uma busca constante de libertação e que educadores e educandos mantêm uma relação, na qual “a tarefa do educador é problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado” (FREIRE, 1983, p. 56).

Sem diálogo não há comunicação, conseqüentemente não terá uma educação verdadeira. O educador humanista trabalha na linha dialógica, reconhecendo o ser humano como indivíduo, cidadão. O conteúdo programático da educação deve ser construído juntamente com os seus parceiros, que são os educandos, de forma a valorizar sua existência, a trabalhar os seus problemas e desafiá-los, para que possam fortalecer suas ações, no campo intelectual e político.

Assim, é inconcebível, nos dias atuais uma “educação bancária”, termo freiriano que significa um discurso alienado e alienante do educador, sem o conhecimento da realidade do educando, sem a comunicação eficiente, sem o respeito pela vivência do outro. Daí a necessidade de uma formação para o educador, principalmente o de jovens e adultos, em que os envolvidos não são papeis em branco, têm suas vivências e experiências que podem ser aproveitadas e estudadas, sua visão de mundo, sugestões e considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS.

A educação de adultos tendo como referência o educador Paulo Freire atinge um patamar maior do que simplesmente a alfabetização, pois as suas reflexões levam a outras leituras, contribuindo para o conhecimento dos múltiplos enfoques abordados pelo autor, como identidade, alteridade, conscientização, diálogo, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, etc. Paulo Freire sempre enfatiza o diálogo entre educador e educando e explica que esta prática põe o educador numa posição de quem não sabe tudo, reconhecendo

que o educando é portador de um saber. Como exemplo de sua vivência com os oprimidos, aprendemos que a relação teoria x prática deve estar presente na educação da sociedade contemporânea, não só entre as mesmas classes sociais como em classes diferentes. Filosofia seguida pelos educadores militantes que trabalhavam no projeto de alfabetização e pós-alfabetização na Guiné-Bissau.

As pesquisas sobre a história do continente africano, mais precisamente a Guiné-Bissau, local em que os africanos foram educandos de Paulo Freire, retratam situações semelhantes de discriminação em relação aos oprimidos, negros e pobres, com características específicas, a exemplo do cabelo encaracolado e o nariz avantajado, etc. Recentemente, no Brasil, as lutas dos movimentos sociais amenizam a situação dos excluídos e já há legislações específicas para os afrodescendentes e indígenas, com o objetivo de reparar os erros cometidos pela sociedade dominante, além de garantir aos excluídos a serem “sujeitos” de sua própria história. Nesse aspecto, precisamos entender que o povo negro não teve nenhuma oportunidade de expressão e pensamento e como herança, ainda a discriminação perdura em muitos locais, a começar pela escola.

Com o ensino da história da África no Brasil passa a ser obrigatório através da Lei 10.639/2003, sancionada pelo Governo Brasileiro, e assim as culturas da África se articulam o com o Brasil formando uma vinculação cultural e política favorável a alfabetização e educação em si. “A compreensão da história das sociedades africanas e a dos povos afrodescendentes permite maiores possibilidades de articulação internacional do Estado brasileiro”, conforme MOORE (2008, p. 132).

A conscientização e politização do povo negro africano, através da educação, foi a luta que Paulo Freire travou, porque acreditava na possibilidade de participação dos oprimidos na sociedade, mas na prática a democracia da sociedade se refletia e ainda reflete no poder das classes sociais. Na Guiné-Bissau, Paulo Freire preocupava-se com as ideias dos nacionalistas que defendiam o ensino dos guineenses na língua dos colonizadores – o português. Na carta que Mário Cabral (1996) escreveu à Paulo Freire, quase dez anos depois, revela que “não fora a inexistência da codificação do dialeto português na África e o desconhecimento absoluto do português no meio rural estou certo, teríamos tido um grande sucesso, tal era a disponibilidade política e a receptividade popular” (CABRAL, 1996 *apud* GADOTTI, 1996, p. 136).

O ensino da língua era motivo de discussões de Paulo Freire com a equipe de educadores nacionais, que seguindo o pensamento de Amílcar Cabral concordavam que o ensino deveria ser em português. Para Freire, alfabetizar os guineenses na sua própria língua

era conscientizar os guineenses para o reconhecimento da própria identidade, mas respeitando os motivos dos educadores nacionais, os guineenses foram alfabetizados na língua portuguesa. A escolha do ensino da língua para a alfabetização dos guineenses mostra que as discussões foram embasadas na ideologia dos guineenses. Entre a língua crioula e o português do colonizador, foi decidido pelo PAIGC que a língua da campanha de alfabetização seria o português, mudando a decisão inicial de Paulo Freire que como estrangeiro não pôde impor a proposta na realidade da Guiné-Bissau e nas necessidades determinadas pelos líderes políticos. O próprio Freire admite que foi impossível conduzir a campanha de alfabetização, atribuindo a escolha do português como língua para alfabetizar o povo guineense.

Enfim, apesar de não obter sucesso na campanha de alfabetização, o livro de Paulo Freire faz pensar nas perspectivas da educação para os povos oprimidos, que não é simplesmente aprender a ler e escrever, é ir além, é tornar-se uma pessoa politizada e consciente dos seus direitos e deveres como cidadão. É olhar para o outro e saber que a construção de uma sociedade democrática é constante e com a participação de todos. Infelizmente, somente os educandos e educadores das classes mais baixas é que se conscientizam de que as atitudes coletivas reforçam e constroem uma sociedade igualitária.

REFERÊNCIAS

- BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O desafio da Historia Regional**. Rio de Janeiro: CEEA, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 173 p.
- _____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- _____. **Extensão ou Comunicação**. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Brasília: Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - um conceito antropológico**. 17 ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 2004.
- MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.(Coleção Repensando África, Volume I).
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico - 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. pp. 394-430. (Col. Os africanos no Mundo Atlântico no século XVIII)
- VANSINA, J.A. **Tradição Oral e sua Metodologia**. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Capítulo 7. Editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em < <http://afrologia.blogspot.com/2008/03/tradio-oral-e-sua-metodologia.html>> Acesso em 11.04.2011.